



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Tema: **Contrarreformas ou Revolução: respostas ao**
capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: **Análise, avaliação e financiamento das políticas públicas.**

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA INCLUIR NA UFRN

Maria do Perpétuo Socorro Rocha Sousa Severino¹

Resumo

Esse trabalho expõe a avaliação do Programa Incluir na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A pesquisa de natureza qualitativa apoiou-se nas pesquisas bibliográfica, documental e de campo, utilizando para a coleta de dados primários entrevista semiestruturada. Constatamos na infraestrutura a coexistência de barreiras arquitetônicas e de vias e edificações acessíveis. Quanto à comunicação e informação verificamos a produção de materiais didático-pedagógicos em formato acessível, a utilização e a disponibilização de tecnologias assistivas e de serviços específicos para atendimento de acadêmicos com deficiência, mas esses são efetivados assimetricamente entre o mesmo tipo de deficiência e entre diferentes tipos de deficiência. Perduram obstáculos, mas a acessibilidade está em processo.

Palavras-chave: Avaliação; Programa Incluir; Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Evaluation of the Include Program at UFRN

Abstract

This paper presents the evaluation of the Include Program at the Federal University of Rio Grande do Norte. The research of qualitative nature was based on the bibliographical, documentary and field research, using for the collection of primary data semi-structured interview. We can see in the infrastructure the coexistence of architectural barriers and accessible roads and buildings. As for communication and information, we verified the production of didactic-pedagogical materials in an accessible format, the use and availability of assistive technologies and specific services for the care of disabled students, but these are implemented asymmetrically between the same type of disability and between different types of disability. They lose obstacles, but accessibility is in the process.

Keywords: Evaluation; Include program; Federal University of Rio Grande do Norte.

1 INTRODUÇÃO

A avaliação de políticas, programas e projetos tem se constituído, nas últimas décadas do século passado e nos anos iniciais do século em curso, em um mecanismo utilizado na gestão pública e no meio acadêmico, seja para subsidiar decisões, traçar diretrizes, corrigir distorções, redefinir ações em busca de eficiência, eficácia, efetividade, seja em busca de formular e/ou ampliar novos conhecimentos, retroalimentar o exercício profissional daqueles que a utilizam.

¹ Doutora em Ciências Sociais, professora do Departamento de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: <socorro.rss@bol.com.br>.

Entendemos avaliação de políticas públicas como uma atividade científica específica, que consiste em atribuir valor às intervenções planejadas na realidade, realizada com distintas finalidades, a saber: verificar o alcance dos objetivos propostos mediante a identificação dos fatores que facilitam ou dificultam o processo de implementação do programa (avaliação de processo); estabelecer relações de causalidade entre programa e resultados e/ou impactos obtidos com as ações (avaliação impacto); estudar os princípios que a fundamentam, conteúdos substantivos, variáveis contextuais e as razões que a tornam preferível em relação a outras políticas (avaliação política); avaliação da avaliação (meta-avaliação).

Do ponto de vista teórico-metodológico, a avaliação de políticas públicas é uma modalidade de pesquisa social. Destarte, é pertinente que se utilizem metodologias de pesquisas sociais.

Na literatura especializada (Figueiredo & Figueiredo (1986), Cohen & Franco (1993), Aguilar e Ander-Egg (1994), Viana (1996) e Draibe (2001), dentre outros) encontramos a preponderância de dois tipos de avaliação: avaliação de processo e avaliação de impacto. Tal distinção fundamenta-se no conjunto de aspectos, como o momento em que a avaliação é realizada, a procedência do avaliador, a natureza do objeto avaliado, dentre outros.

Nosso trabalho comunica a avaliação do processo de implementação do Programa Incluir: acessibilidade na educação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Este programa destina-se as Instituições Federais de Ensino Superior, com o objetivo de criar e consolidar núcleos de acessibilidade, visando à inclusão de pessoas com deficiência, mediante a eliminação de barreiras pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação e informação. Para tanto, demarca como eixos norteadores aqueles que estabelecem relação direta com a quebra dessas barreiras, isto é: eixo de infraestrutura relacionado às questões arquitetônicas; eixo de currículo, comunicação e informação; eixo de pesquisa e eixo de extensão.

Para avaliarmos o Programa Incluir na Universidade na Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) formulamos a seguinte *Pergunta de Pesquisa*: Como o Programa Incluir está sendo implementado na UFRN? Estabelecemos como *Objetivo* Avaliar o processo de implementação do Programa Incluir na UFRN.

Segundo Draibe (2001, p. 30), “as avaliações de processo, buscam identificar os fatores facilitadores e os obstáculos que operam ao longo da implementação e que condicionam, positiva ou negativamente, o cumprimento das metas e objetivos”.

Para a avaliação do processo de implementação do programa em discussão confrontamos o seu desenho com a sua operacionalização na UFRN no período de 2012 a 2014, assim como articulamos alguns elementos da estrutura administrativa; serviços e recursos de acessibilidade; divulgação e informação; acesso; capacitação; dimensão temporal; sujeitos envolvidos no programa; financiadores, parceiros e redes de apoio; estratégias, dentre essas os eixos norteadores do Programa Incluir.

Todavia, na UFRN os eixos implementados preponderantemente são os de infraestrutura e de comunicação e informação. Desse modo, a avaliação incidiu sobre os mesmos e, nesse trabalho exporemos o ponto de vista dos discentes com deficiência (física, auditiva, visual, intelectual e múltipla), embora o nosso quadro amostral tenha sido constituído também por professores, coordenador e técnicos da CAENE (Núcleo de Acessibilidade da UFRN), bolsistas e monitor.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram: entrevista semiestruturada observação sistemática e fotografias para ilustrar os ambientes, as edificações, os mobiliários e os equipamentos de tecnologia assistiva. A entrevista com os acadêmicos com surdez foi mediada por uma intérprete de LIBRAS.

A preservação do anonimato dos discentes entrevistados se efetivou mediante a utilização de cognomes, ou seja, usamos nomes de pedras preciosas.

2 DESENVOLVIMENTO

O Programa Incluir configura-se como um direito da pessoa com deficiência à educação superior. Esse Programa foi institucionalizado nas IFES, com a criação dos Núcleos de Acessibilidade estruturados em quatro eixos, conforme expusemos na introdução.

Segundo o Documento Orientador do Programa Incluir (2013), compete aos Núcleos de Acessibilidade a organização de um conjunto de ações de acessibilidade para o enfrentamento de barreiras pedagógicas, de comunicação e informação, arquitetônicas, para, desse modo, oferecer condições ao desenvolvimento pessoal, profissional e social desses estudantes na vida acadêmica, valorizando e respeitando suas diferenças.

A UFRN implementa por meio da CAENE, sobretudo, os eixos de infraestrutura e de comunicação e informação, cujos resultados serão apresentados e discutidos em duas subseções a seguir.

2.1 Eixo Infraestrutura

O eixo de infraestrutura volta-se para responder as questões relativas às barreiras arquitetônicas e urbanísticas das IFES. Essas dizem respeito aos obstáculos existentes nas vias públicas, no entorno e no interior das edificações de uso público e privado de uso coletivo, nos mobiliários e equipamentos. Tais aspectos serão avaliados a seguir, consoante a percepção dos discentes com deficiência, sujeitos da pesquisa.

Para avaliação das barreiras arquitetônicas no âmbito da UFRN, campus central, iniciamos com a identificação das mesmas pelos sujeitos entrevistados, associadas as nossas observações in lócus e ao adensamento de fotografias para ilustrar as barreiras e a acessibilidade das vias públicas, edificações, equipamentos e mobiliários. Paralelamente conhecemos as ações que estão sendo implementadas pelo ou sob a orientação do Programa Incluir/CAENE para minimizá-las ou eliminá-las.

Na avaliação da infraestrutura, nove (09) acadêmicos a considera ruim, quatro (04) como boa e apenas um avaliou como regular. As barreiras identificadas nas vias públicas da UFRN são diversificadas. Nelas, constata-se o desrespeito com as vagas de estacionamento reservadas para pessoas com deficiência. Muitas vias são pavimentadas com paralelepípedo, algumas calçadas estão quebradas, outras têm árvores e lixeiras mal localizadas, dificultando o acesso, com segurança, dessas pessoas.

Em relação às edificações, as barreiras mais citadas foram algumas salas de aula, salas de reprografia e determinados setores de aula que ainda não dispõem de rampas. Logo, o acesso ainda se dá somente por meio de escadas. Essas estão sem guarda corpos, ou corrimão, sem piso antiderrapante e sem sinalização. Alguns corredores contêm obstáculos, existem banheiros sem adaptação, ou adaptados, mas fechados, conforme ilustra a fala a seguir: *Existem banheiros também que é todo tempo fechado. Então, por que isso? Então o cadeirante vai chegar e quer fazer uso do banheiro, vai ter que chamar uma pessoa* (RUBI, entrevista concedida em 25/03/2015).

Também relacionada às edificações, os discentes destacaram a questão da inadequação da sinalização em diferentes ambientes, como: setores de aula, salas de aula, biblioteca, banheiros, restaurante universitário, sala de professores e de coordenadores, base de pesquisa. Essa identificação, em geral, é feita em fonte pequena, com restrita visibilidade. Na biblioteca, a identificação das estantes e do acervo é feita em fonte minúscula, e falta identificação em BRAILLE e em LIBRAS. Tal barreira

dificulta, ou impede o acesso com autonomia das pessoas com deficiência visual. O relato abaixo sintetiza nossa interpretação.

Os setores por serem todos da mesma cor, acho que confunde até quem enxerga bem e, principalmente pra mim que não enxergo, né. A letra de cada sala de aula é pequena também e, uma cor de letra fica ruim pra gente de baixa visão lê, é uma tonalidade [...] eu não vejo direito, a coisa é péssima. O Centro de Educação precisa melhorar. A sala da Base de [Pesquisa] Educação Inclusiva, meu Deus o nome da porta é bem pequenininho, eu chego lá *pra eu ter acesso às salas eu tenho que perguntar, tá cheirando as portas e, quando eu consigo vê, né.* [...] Na biblioteca já melhorou muito a questão da acessibilidade, mas eu não consigo, como baixa-visão, chegar na prateleira e pegar um livro pra mim, eu não posso fazer isso, porque é pequeno, é horrível até pra quem enxerga (ESMERALDA, entrevista concedida em 26/03/2015, destaque nosso).

O Decreto nº 5.296/2004 que trata de da promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida quando se refere ao mobiliário estabelece que esse seja adaptado às condições físicas de pessoas em cadeiras de rodas, observando as normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Sobre o mobiliário foi constatada a falta cadeiras, mesas, armários adaptadas para deficientes físicos. Diretamente relacionado ao mobiliário, ou utensílios diversos, foi relatado mudanças frequentes na disposição dos mesmos nos espaços coletivos das faculdades, gerando riscos para integridade física de deficientes visuais, pois esses se orientam espacialmente, memorizando os ambientes, as vias que frequentam com regularidade.

A carteira adaptada não tem, isso aí eu solicitei há muito tempo à CAENE essa carteira, isso foi uma coisa que nunca chegou, quando eu quero escrever coloco o caderno no colo [...] a prova que você tem que escrever mais, dissertar mais, é um pouco complicado, aí o que é que acontece: eu faço uma improvisação, os colegas botam uma carteira aqui, em época de prova, e eu escrevo, faço a prova. [...] Essa questão do mobiliário foi uma questão que não foi atendida, nem parcialmente (TOPÁZIO, entrevista concedida em 10/04/2015, destaque nosso).

No que tange às barreiras relativas a equipamentos, destacam-se algumas plataformas trancadas e a altura incompatível, da bancada onde estão repousam os computadores na reprografia, para pessoas com deficiência física, sobretudo, cadeirantes. Desse modo, as plataformas a princípio inscritas como meio de acessibilidade, ao serem trancadas, se metamorfoseiam em barreira.

Oportuno registrar a coexistência do velho com o novo, isto é, algumas edificações estão sendo construídas de forma acessível, outras foram ou estão em processo de adaptação, mas algumas construções antigas permanecem inacessíveis para cadeirantes.

As barreiras nas edificações antigas são justificadas em razão das discussões, das legislações e as ações de acessibilidade delas decorrentes serem relativamente recentes. Todavia, esse discurso não se sustenta quando se constatam barreiras em construções novas. *“A gente vê prédios novos com dois, três, quatro, cinco anos, entregues hoje sem a acessibilidade devida, sem elevador, sem uma rampa, sem um banheiro acessível, salas de aula, laboratórios [...] sem o devido respeito à diversidade que há dentro da Universidade.”* (DIAMANTE, entrevista concedida em 09/03/2015).

Do exposto, pode-se inferir que adaptações foram/estão sendo realizadas em edificações e nas vias públicas. Nas edificações recentes há uma tendência em seguir o desenho universal da ABNT, embora ainda se verifique prédios novos com certas barreiras arquitetônicas. Entretanto, constatam-se inúmeras e diversificadas barreiras nos espaços, ambientes, edificações, mobiliários e equipamentos institucionais, configurando-se como fatores que dificultam o processo de inclusão de acadêmicos com deficiência na UFRN.

Contudo, seria ingênuo creditar todas as alterações na infraestrutura da UFRN ao Programa Incluir, mas relacionam-se a instituição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007. Assim, do ponto de vista da pesquisa avaliativa, podemos inferir que o REUNI se inscreve como um resultado imprevisto, mas satisfatório, que contribui com a quebra de barreiras na infraestrutura da UFRN e, destarte, com o processo de inclusão dos acadêmicos com deficiência nessa IFES.

Na avaliação da infraestrutura, evidenciam-se o reconhecimento de mudanças arquitetônicas realizadas nas vias e edificações; outras mudanças estão em curso, mas, no geral, precisa melhorar muito, seja no entorno, seja nas edificações dos setores, dos centros acadêmicos, nas salas de aula e de reprografia, seja nas vias de uso coletivo. As adaptações devem estender-se a equipamentos e mobiliários, sendo esse último o que menos tem recebido atenção por parte da CAENE.

Destaca-se a contradição acerca das plataformas elevatórias, concebidas como recurso de acessibilidade para pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida. É incontestável a instalação das mesmas em muitos setores no campus central da UFRN.

Contudo, constatou-se plataforma trancada, a exemplo do prédio do CCHLA, e a chave guardada com outrem. Plataforma *encarcerada*, como presenciamos no setor II, bloco H. Além das plataformas, identificamos, ainda, a existência de banheiro adaptado, mas trancado, como o do Centro de Convivência. Tais posturas violam o direito à acessibilidade e remetem a questionar que tipo de acessibilidade é essa e para quem ela serve.

2.2 Eixo Comunicação e Informação

Avaliamos o eixo comunicação e informação tomando como referência os materiais didático-pedagógicos acessíveis, equipamentos de tecnologia assistiva e serviços de guia-intérprete, de tradutores e intérpretes de LIBRAS, da equipe multidisciplinar da CAENE, para o atendimento aos discentes com deficiência, sobretudo para o subgrupo que mais necessita desses recursos e serviços específicos para se comunicar e participar do processo de ensino-aprendizagem, a exemplo das pessoas cegas, com baixa visão e surdez.

Nesse sentido, doze entrevistados afirmaram necessitar de atendimento educacional especializado, elencaram uma ampla variedade de recursos, serviços, tecnologias assistivas, materiais didáticos, apoios, evidenciando, destarte, que cada deficiência tem as suas especificidades e, entre essas, existem singularidades que devem ser respeitadas e atendidas.

Destacaram preponderantemente os materiais didáticos adaptados em formato acessível, o serviço de monitoria, tecnologia assistiva, tempo adicional para a realização de prova, sensibilização e capacitação dos professores sobre educação inclusiva e, por último, mas proporcionalmente, indicaram trabalho em grupo e individual, leitura labial, disponibilização de intérprete de LIBRAS, maior flexibilização nas avaliações, nos horário e na frequência às aulas, ampliação de recursos materiais e financeiros.

Os materiais didáticos mencionados como potenciais facilitadores da comunicação e informação no processo de formação dos acadêmicos com deficiência foram: textos impressos em fonte ampliada, disponibilização de *softwares*, utilização de *slides* em sala de aula e sua posterior disponibilização, filmes legendados e aulas gravadas em áudio. Tais materiais tendem a possibilitar, além do acompanhamento as disciplinas cursadas, o estudo posterior dos conteúdos trabalhados. Também oportuniza o estabelecimento de comunicação e informação entre docentes e discentes.

A comunicação e informação também se efetiva, sobretudo para os discentes com deficiência auditiva, por meio da disponibilização de intérprete de LIBRAS, e a disposição físico-espacial do docente de forma que possibilite a leitura labial pelo discente com deficiência auditiva.

Confrontamos as necessidades identificadas pelos discentes e a disponibilização de recursos, serviços, apoios, equipamentos de tecnologia assistiva, materiais didáticos e pedagógicos pela CAENE/Programa Incluir, a resposta da maioria dos discentes incidiu sobre a disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos adaptados em formato acessível. Na mesma proporção, indicaram atitudes por parte de alguns professores e de colegas de turma que confluem para a inclusão, destacando compreensão, solidariedade, sensibilidade. Contrapondo-se às atitudes anteriores, porém com menos intensidade, evidenciaram barreiras atitudinais expressas por meio de comportamentos excludentes e preconceituosos. Mencionaram também, mas com menor frequência, a disponibilização de equipamentos de tecnologia assistiva.

Os materiais didáticos adaptados disponibilizados pela CAENE/Programa Incluir são: livros, capítulos de livros e outros textos são reproduzidos e impressos em fonte ampliada e/ou no sistema Braille, ou convertidos para meio digital (formato DOC, PDF, MP3). Também são disponibilizados e realizados treinamentos para utilização de softwares sintetizadores de voz, como: JAWS, Non Visual Desktop Access, DOSVOX. Igualmente, usam-se o software ABBYY FineReader, que associado ao trabalho do bolsista, corrigem imperfeições dos textos, tornando-os inteligíveis e dispensando sua redigitalização após as correções. Esses serviços e recursos de tecnologia assistiva são destinados aos discentes com deficiência visual, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) e dislexia.

Os acadêmicos com deficiência visual entrevistados também mencionaram o empréstimo de lupas, computadores, notebook, programa de voz e linha Braille pela CAENE, e um deles tem apoio de monitor.

Além dos serviços e tecnologias assistivas destacados anteriormente e disponibilizados ao público-alvo imediatamente citado, segundo Melo et al (2014), o Laboratório de Acessibilidade (LA) também implantou o repositório digital, equipado com diversas tecnologias assistivas.

Do exposto anteriormente, comporta destacar que dos dois discentes entrevistados, na situação de cego, um tem à sua disposição, com exclusividade, um laboratório de acessibilidade instalado na Escola de Música, para produção/adaptação

de textos e de partituras em Braille. Exclusividade porque ele é o único acadêmico usuário desses materiais adaptados, estudando naquele espaço institucional, neste momento. A ele é disponibilizado também um monitor. Diferentemente do apoio prestado ao outro discente na mesma situação, aquele não tem monitor e seus textos são adaptados no laboratório de acessibilidade instalado na BCZM, que atende às demandas dos demais acadêmicos com deficiência visual, dislexia e transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH).

Convém enfatizar ainda em relação à adaptação dos materiais didáticos produzidos no LA, a descrição de imagens, presentes em textos, realizadas pelos bolsistas. Apesar de sua importância para a efetivação do acesso às informações na sua totalidade, todavia, a maneira como vem sendo conduzida, supõe-se merece ressalva, uma vez que os bolsistas as descrevem em sintonia com sua cultura, seus conhecimentos, sua cosmovisão, seus valores; enfim, trata-se de um trabalho que envolve subjetividade. Além disso, e principalmente, nem sempre os bolsistas que descrevem as imagens são dos mesmos cursos ou áreas afins de onde o texto é originário, podendo gerar interpretações equivocadas e dificuldades para o aluno. Por outro lado, parece não ser habitual entre os professores a prática da audiodescrição no envio de textos ao LA e em sala de aula.

Tal dificuldade supõe-se ser atenuada se a audiodescrição for realizada pelos professores das disciplinas, ao enviarem antecipadamente textos com imagens para o LA, como também descrevê-las em sala de aula. A sugestão alcança os estagiários do LA, no sentido de promoção de capacitações mais aprofundadas e continuadas.

Infere-se dos depoimentos relativos às adaptações de materiais didáticos na UFRN que eles evidenciam, simultânea e contraditoriamente, ações inclusivas e atitudes discriminatórias. Se por um lado, os materiais didáticos adaptados são indubitavelmente facilitadores dos processos de aprendizagem desses acadêmicos, por conseguinte, tendem a tornar a educação, nesse nível educacional, nesse aspecto, inclusiva. Por outro lado, constata-se, igualmente, tratamento desigual entre os alunos em situações homólogas. Tal procedimento reafirma uma das faces da exclusão, ou corrobora para a negação da inclusão educacional.

Entendemos que a maneira diferenciada de tratar os acadêmicos com cegueira na UFRN em relação aos serviços e recursos disponibilizados e mencionados anteriormente, associado à desconsideração de alguns docentes no tocante ao envio antecipado dos textos ao laboratório de acessibilidade, acompanhado da ausência quase

total da audiodescrição em sala de aula, ou da audiodescrição realizada com dificuldades pelos bolsistas nos textos adaptados no LA, reúne um conjunto de fatores que caminham em direção diametralmente oposta à proposta de educação numa perspectiva inclusiva.

Esboça-se, assim, uma contradição entre as proposições sugeridas pela CAENE e as práticas efetivadas pelos docentes que agem assim, nessas particularidades. Tal constatação na literatura relativa à implementação de programas sociais quer dizer que o programa avaliado apresenta dificuldade na sua implementação, expressa no distanciamento entre as ações previstas e as intervenções.

A legislação específica da educação especial numa perspectiva inclusiva prevê adaptações e tempo adicional para a realização das provas das pessoas com deficiência, quando necessário. Contudo, registramos posições assimétricas de alguns professores sobre essa normatização. Para os discentes cegos, ambos asseveram que os professores adaptam as provas conforme eles se sentem mais seguros, ou seja, provas orais, ou as avaliações são realizadas através de trabalho em grupo, seminários. Já os discentes com deficiência auditiva e física expuseram que alguns professores polarizam essas recomendações legais. Há resistência em efetivar o direito de conceder uma hora adicional para a realização das provas e com a flexibilização nas avaliações.

Nossa pesquisa constatou que a maioria dos serviços e recursos relativos à comunicação e à informação prevista no arcabouço jurídico-legal vem sendo implementada na UFRN para os acadêmicos com deficiência visual. No que tange aos acadêmicos com surdez, esses mecanismos são materializados por meio da mediação de intérprete e tradutor de LIBRAS, pela utilização de recursos multimídias.

Constamos à presença de intérprete e tradutor de LIBRAS em sala de aula. Entretanto, quanto à produção e edição de recursos didáticos pedagógicos audiovisuais, equipamentos e tecnologia assistiva, observa-se, com base nos relatos dos entrevistados, que essa é uma iniciativa tímida na UFRN. Tal constatação ganha maior repercussão com a criação do Curso de Letras LIBRAS/Língua Portuguesa, em 2013, constituído predominantemente por discentes surdos, como também diante da aquisição de equipamentos com essa finalidade e a não instalação dos mesmos conforme constatamos em lócus, até o momento da realização desta pesquisa.

As reflexões sobre comunicação e informação relativa aos estudantes com deficiência auditiva apontam que, no processo de formação profissional, eles têm necessidades assimétricas. A distinção reside no fato de que aqueles que têm perdas

auditivas severas, os surdos, necessitam da mediação do intérprete de LIBRAS. Em contrapartida, torna-se imperativo para aqueles que não têm perda auditiva severa sentar-se, em sala de aula, numa posição que lhes possibilitem fazer leitura labial do que está sendo oralizado pelo professor. Por sua vez, os professores devem ser orientados a não ultrapassarem o campo de visão desses alunos.

Os discentes verbalizaram recorrentemente, e de distintas maneiras, atitudes dos docentes que evidenciam interesse com a aprendizagem do aluno, mudanças de comportamento, abertura ao diálogo, compreensão, sensibilidade com a situação do aluno, flexibilização na forma de avaliar, no envio de materiais pelo Word, ou PDF acessível e pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

Todavia, as atitudes acima descritas não são unânimes no contexto da UFRN. A pesquisa revelou que existem professores que, embora o discurso entoe preocupação com a aprendizagem e solicitude em ajudar o aluno, na prática, porém, essas intenções não se sustentam, antes reforçam as barreiras de comunicação, mascara o imperativo de revisão de metodologias homogeneizadoras, convergindo, destarte, para continuar ignorando as necessidades específicas dos discentes na situação de desvantagem. Por conseguinte, tentam disfarçar a manutenção de processos excludentes, postergando o processo de inclusão educacional, ou fazendo a inclusão adquirir uma face fictícia.

Concordamos com Pressman e Wildavsk (1998) que entre as razões na distorção na implementação do programa pode está o desconhecimento do seu conteúdo por parte de seus implementadores. Na particularidade do nosso estudo nomeamos esses implementadores como de ponta – os (as) professores (as). De qualquer forma, essas atitudes contribuem para dificultar a operacionalização do programa, conseqüentemente repercutem na obtenção de resultados satisfatórios, no que concerne a esse aspecto.

Essa compreensão equivocada de certos professores tende a se ampliar quando se trata de discente com transtorno mental, que em geral, vem acompanhado de atitudes preconceituosas, descrédito no potencial latente dos mesmos, sendo esse proporcional a severidade da deficiência. Outros equívocos se constatarem como: entender a deficiência como sinônimo de incapacidade, ou considerar os indivíduos orgânica e intelectualmente iguais, por conseguinte, suas práticas pedagógicas orientam-se por paradigmas homogeneizadores. Ainda, considerar a aprendizagem como um fator isolado, descontextualizado, portanto, o fracasso escolar é tributado exclusivamente ao discente, ou aluno deverá ser aprovado independente de ter aprendido ou não os conteúdos trabalhados, compreender a deficiência como uma limitação generalizada.

Na perspectiva de avaliação de política pública, tais atitudes contribuem para que o programa não alcance resultados desejados. Esses equívocos revelam incompatibilidade entre os meios e os fins propugnados.

Igualmente importante na avaliação desse eixo foi averiguar se a quantidade de serviços, equipamentos de tecnologia assistiva, materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, atendia às suas necessidades dos discentes. Boa parte desses respondeu afirmativamente, mas alguns precisam ser melhorados, sobretudo a redução do tempo de devolução dos materiais acessíveis produzidos no LA, a adesão de alguns professores à política de educação especial, o valor da bolsa acessibilidade deveria ser compatível com a realidade socioeconômica de seus usuários e a divulgação da CAENE.

Destacamos, outrossim, que, no decorrer da pesquisa constatamos que, a quantidade desses serviços e recursos não é distribuída equitativamente entre os discentes com o mesmo tipo de deficiência, nem tampouco entre os diferentes tipos de deficiências. Essa constatação sinaliza a distinção no próprio atendimento da CAENE.

Expõe-se, assim, uma contradição, à medida que o órgão responsável pela implementação de políticas de inclusão educacional trata com certa assimetria os diferentes tipos de deficiência, priorizando o atendimento aos deficientes visuais em relação aos demais tipos de deficiência.

Entre os acadêmicos que responderam que não estão satisfeitos com a periodicidade da disponibilização de recursos e serviços, evidenciaram o atraso na devolução dos materiais didáticos em formato acessível pelo laboratório de acessibilidade. Nesse aspecto, o depoimento abaixo é bastante ilustrativo:

As [necessidades] dos alunos com deficiência visual agora a gente não tá atendendo porque é muita demanda e os bolsistas que trabalham aqui não são suficientes pra dá conta desse material. O número de aluno só aumenta a cada semestre e, os bolsistas permanecem o número que tava. A gente precisa de mais bolsista pra dá conta desse material [...] porque chega texto pra ontem, pra antes de ontem, [...] Tem aquela agonia, aquela aflição da gente, porque o aluno chega, quer o texto, a gente não tem o texto pronto (ESMERALDA, entrevista concedida em 26/03/2015).

Avaliamos também se os recursos e serviços disponibilizados são adequados às necessidades educacionais dos acadêmicos com deficiência. A metade dos entrevistados confirma tal adequação. Todavia, alguns defendem que os serviços de audiodescrição, a disponibilização de *slides* completos, o valor da bolsa acessibilidade, a acessibilidade

arquitetônica, mas, sobretudo, as atitudes de alguns professores precisam ser melhoradas.

Os estudantes com deficiência visual, salvo a não devolução dos textos em tempo hábil pelo Laboratório de Acessibilidade, mostram-se satisfeitos com as adaptações produzidas nos materiais didáticos realizadas no referido laboratório. Igualmente evidenciam satisfação com o empréstimo de equipamentos de tecnologia assistiva, a exemplo de *notebook*, *tablets*, lupas e *softwares*, pela CAENE.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa constatou que o Programa Incluir na UFRN implementa serviços especializados associados a inúmeras ações que contribuem para a quebra de barreiras na infraestrutura, na comunicação e informação, sintetizadas abaixo.

Quanto à avaliação do eixo de infraestrutura, validamos com os pesquisados as mudanças arquitetônicas implementadas nos últimos anos na UFRN, em suas vias públicas, nas edificações, na construção de rampas com guarda-corpos, calçadas com sinalização de direção e alerta, instalação de plataformas acessíveis, reserva de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência. Contudo, apontam, consensualmente, a necessidade de melhorá-la, haja vista as inúmeras, diversificadas e remanescentes barreiras arquitetônicas nas vias públicas, nas edificações, nos espaços, na sinalização inadequada nos espaços e vias públicas, bem como na ausência de sinalização em Braille e LIBRAS na biblioteca, na falta de mobiliário adaptado, na disposição inadequada de utensílios, algumas plataformas elevatórias e banheiros adaptados, mas trancados, computadores numa altura inacessível na reprografia. Esses fatores dificultam o processo de inclusão de acadêmicos com deficiência na UFRN.

Em se tratando do eixo de comunicação e informação, a UFRN criou e instalou o Laboratório de Acessibilidade e o Setor de Musicografia Braille, ambos aparelhados com diversos equipamentos de tecnologia assistiva, para a produção de materiais didáticos em formato acessível, assim como instalou o Repositório de Informação Acessível (RIA).

Os recursos didático-pedagógicos em formato acessível disponibilizados e/ou mediados pela CAENE são: textos impressos em fonte ampliada e/ou no sistema Braille, ou convertidos em meio digital (formato DOC, PDF, MP3) e com audiodescrição, *slides*, filmes legendados e aulas gravadas. Também são realizados

treinamentos para utilização de softwares (sintetizadores de voz, como: JAWS, Non Visual, Desktop Access, DOSVOX, linha braille, leitor de tela) e a disponibilização dos mesmos aos acadêmicos. Igualmente, verificamos o empréstimo de tecnologias assistivas como: lupa eletrônica, *notebook*, *softwares*, cadeira de rodas motorizada.

Identificamos os serviços da equipe técnica da CAENE, de intérpretes de LIBRAS e de monitoria.

Contudo, verificamos ainda múltiplas barreiras de comunicação manifestas na: parca adaptação dos materiais didático-pedagógicos correlatos à deficiência auditiva, insatisfação com os prazos de devolução desses materiais aos alunos com deficiência visual, ausência de informações em LIBRAS e em Braille, identificação de setores, blocos de aula, salas de aula, bibliotecas (central e setoriais), auditórios, laboratórios, banheiros, restaurantes e lanchonetes, reprografia, murais, falta de intérprete de LIBRAS e/ou de funcionários fluentes nessa língua em determinados espaços institucionais, como Restaurante Universitário, Biblioteca e reprografia.

Não menos importante é o descompasso destes serviços na UFRN, evidenciado na priorização da deficiência visual em relação aos demais tipos de deficiência. Tal constatação revela tratamento assimétrico no atendimento educacional especializado principalmente por quem, a priori, deveria combatê-lo.

Diante do exposto concluímos que, os serviços especializados e as ações visando a eliminação das barreiras estudadas, convergem para a promoção parcial da acessibilidade, requisitando, portanto, muitas correções, adaptações, sobretudo para a população-alvo desse estudo.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa Incluir**. Brasília: MEC/SEESP, 2004b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=557&Itemid=303>. Acesso em: 22 jul. 2007.

BRASIL. **Decreto nº. 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 03 set. 2010.

BRASIL. **Decreto nº 5.626/2005**. Reconhece e regulamenta a Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 03 set. 2010.

BRASIL. **Decreto 6.096/2007**. Institui o Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 03 set. 2010.

BRASIL. **Decreto Nº 186/2008**. Aprova o texto da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/CONGRESSO/DLG/DLG-186-2008.htm. Acesso em: 03 set. 2010.

BRASIL. **Documento orientador programa incluir - acessibilidade na educação superior**. Brasília: SECADI/SESu, 2013.

BRASIL. **Lei 13.146/2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 10 set. 2017.

DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. *In*: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP. 2001.

FIGUEIREDO, Marcos Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v.1, n. 3, set./dez. 1986.

PRESSMAN, Jeffrey; WILDAVSKY, Aaron. **Implementación: cómo grandes expectativas concebidas en Washington se frustan en Oakland**. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Portaria Nº 203/2010**. Institui a comissão permanente denominada Núcleo de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais. Disponível em: www.ufrn.br. Acesso em: 11 mar. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução 54/2014**. Institui o Repositório de Acessibilidade, denominado Repositório de Informação Acessível – RIA da UFRN. Disponível em: www.ufrn.br. Acesso em: 11 mar. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução 163/2014**. Dispõe sobre a Concessão de Bolsa Acessibilidade para estudantes com deficiência na UFRN. Disponível em: www.ufrn.br. Acesso em: 11 mar. 2015.